

--- No dia vinte e seis de março de dois mil e vinte e seis, pelas dezanove horas e trinta e seis minutos, reuniu, no Palácio dos Marqueses da Praia e de Monforte, cidade de Loures, a Assembleia Municipal de Loures, presidida pela deputada municipal Susana de Fátima Carvalho Amador, com a presença dos seguintes deputados municipais: -----

PS - Partido Socialista-----

Susana de Fátima Carvalho Amador -----

Daniel Vitorino Bernardo Lima -----

João Pedro Silva Mendes dos Santos Ferreira -----

Tânia Sofia dos Santos Portela -----

Pedro Manuel Fialho da Costa Lindo-----

Algmar Welker Branco Salomão -----

Eunice Filipa Alexandre Camilo Ramos Proença-----

Inês Falcão da Costa Morgado -----

João Filipe de Jesus Pinto-----

Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão -----

João Paulo Afonso Barandas-----

Joaquim Manuel Brás dos Reis -----

Ana Filipa Vicente da Conceição Pinto Pereira -----

José Júlio Ferreira Falcão Ribeiro -----

João Pedro da Serra Costa (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Bucelas)-----

Eugénio Alexandre Ratinho de Oliveira (Presidente da Junta de Freguesia de Loures) ---

Renato Joaquim Alves (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação)-----

Carlos Manuel Alves Gonçalves (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Sacavém e Prior Velho)-----

Joana Teresa Cardoso Feitor Almeida (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela)

Jorge Daniel Sousa Moreira da Silva (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santo António dos Cavaleiros e Frielas) -----

CH - Chega-----

Luís Filipe Pereira Direitinho -----

Ana Margarida Dias Raimundo Guerreiro -----

Aquilino José Marques Ventura-----

António José Mendes Firmino-----
Inês Carvalho dos Santos -----
Duarte Miguel Monge Correia-----
Luís António Gomes Rainho-----
Sandra Maria Cardoso Mota Pastor-----

PPD/Partido Social Democrata-----

Jorge Manuel Lopes Antunes-----
Rui Miguel Paiva Lopes Pinhel-----
Sara Raquel Bordalo Gonçalves -----
Armando Manuel Pedroso Militão -----
João Maurício Pereira -----
Lino Manuel Gomes Franco (Presidente da Junta de Freguesia de Lousa)-----

CDU – Coligação Democrática Unitária-----

Tânia Cristina Mateus Costa -----
Maria de Fátima Amaral -----
Bruno Alexandre Caçador Simão -----
Acardyo Kedy Santos Nazaré da Trindade -----
Jorge Manuel Duarte Simões (Presidente da Junta de Freguesia de Fanhões) -----
José Júlio dos Santos Pinto (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santo Antão e São Julião do Tojal) -----

BE - Bloco de Esquerda-----

Rita Lage Sarrico-----

IL – Iniciativa Liberal-----

Tiago Filipe Jorge da Silva -----

Ricardo Jorge Monteiro Lima (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Moscavide e Portela) justificou a sua ausência à presente reunião. -----

--- Concluída a chamada, com a presença de 42 deputados municipais e verificada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a reunião.

PERÍODO PRÉVIO-----

- No início da sessão, a Presidente da Assembleia Municipal, deu conhecimento que a sessão estava a ser gravada e transmitida em direto pelo canal Youtube da Câmara Municipal de Loures. -----

- A Presidente da Assembleia Municipal, deu igualmente conhecimento da correspondência recebida desde o dia dezanove de fevereiro até vinte e cinco de março de dois mil e vinte seis, cuja listagem foi facultada a todos os deputados municipais e disponibilizada na plataforma da respetiva Ordem do Dia da sessão. -----

Tomou posse: -----

Joana Teresa Cardoso Feitor de Almeida, em substituição do Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela. -----

- Seguidamente, a Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação a seguinte ata, dando nota que quem não esteve na respetiva reunião, não participava na votação: -----

Aprovação da ata n.º 4 (Reunião realizada em 18.12.2025) - APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, SENDO QUE OS REPRESENTANTES QUE NÃO ESTIVERAM PRESENTES NESSA SESSÃO NÃO PARTICIPARAM NA VOTAÇÃO – 29 PRESENCAS. -----

- Terminado o “Período Prévio”, deu-se início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”. - -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

- A Presidente da Assembleia Municipal, informou que deram entrada na Mesa cinco (5) documentos. Os documentos foram sujeitos a admissão, tendo os mesmos sido admitidos por unanimidade e posteriormente colocados a discussão e votação. -----

- Pelo deputado municipal Jorge Manuel Lopes Antunes (PPD/PSD), foi apresentado um **Voto de Pesar intitulado “Pelo falecimento de Nuno Morais Sarmento”**. (Doc. 1) -----

- Não havendo pedidos de inscrição para intervenção, passou-se à votação: -----

– APROVADO POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, COM 39 PRESENCAS. FOI CUMPRIDO UM MINUTO DE SILÊNCIO EM MEMÓRIA DO FALECIDO. -----

- Pela deputada municipal Inês Carvalho dos Santos (CH), foi apresentado um **Voto de Saudação ao Dia Internacional da Mulher**. (Doc. 2) -----

- Não havendo pedidos de inscrição para intervenção, passou-se à votação: -----

- APROVADO POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR MAIORIA, COM 35 VOTOS A FAVOR (19 PS, 8 CH, 6 PPD/PSD, BE E IL) E 6 VOTOS CONTRA DA CDU - 41 PRESENCAS. -----

- Foram proferidas as seguintes declarações de voto:-----

- Tânia Cristina Mateus Costa (CDU): *A CDU votou contra a proposta de saudação apresentada pelo Chega, por considerar que a mesma assenta num exercício de institucionalismo aparentemente neutro, mas profundamente ideológico e que esvazia o significado histórico e político desta data, assim como o contexto e as soluções para os problemas atuais. Sobre uma superfície aparentemente inofensiva, o texto promove uma visão redutora e conservadora do papel das Mulheres, centrada na exaltação da função enquanto cuidadoras e pilares da família e da coesão social. Ignorando-as como sujeitos de direitos e agentes de transformação, ignorando inclusive a luta das Mulheres. Ao fazê-lo, apaga deliberadamente as discriminações concretas que persistem, desde a discriminação salarial, à precariedade, passando pelos direitos reprodutivos e pelas múltiplas formas de discriminação e violência sobre as Mulheres.* -----

Trata-se de uma abordagem que substitui a luta por retórica, omitindo o caráter reivindicativo do 8 de Março e diluindo as diferenças reais na vida das Mulheres, nomeadamente as mais exploradas, invisibilizando também o contributo de tantas Mulheres que lutaram pela liberdade contra o fascismo, incluindo no Concelho de Loures. Ao mesmo tempo, a condenação seletiva de práticas culturais, abre espaço à instrumentalização desta data para outros fins, nomeadamente uma agenda securizante do Chega, desviando o foco das verdadeiras causas para a persistência das desigualdades e violências sobre as Mulheres. É igualmente reveladora a ausência a qualquer referência, direitos fundamentais, a serviços públicos, à valorização do trabalho ou a políticas concretas de igualdade, que são substituídos por apoios genéricos e valores e um mero reconhecimento simbólico. -----

O Dia Internacional da Mulher, instituído em 1910, nasce da luta das Mulheres trabalhadoras contra a exploração, as desigualdades e as injustiças pela conquista de direitos económicos, sociais, políticos e culturais. É uma data que exige mais do que celebração. Exige compromisso com a concretização destes direitos e não apenas a sua diluição em consensos vazios, para as quais o Chega não tem contribuído para este compromisso. -----

A CDU recusa alinhar em visões que reduzem as Mulheres a um papel decorativo ou meramente funcional numa sociedade que é profundamente desigual. As Mulheres são titulares de direitos e precisam de políticas que as tornem realidades. Não aceitamos igualmente discursos que elogiam a dedicação das Mulheres, enquanto ignoram a exploração e as desigualdades, porque o que está em causa nesta data não é o reconhecimento simbólico, mas sim concretizar direitos e justiça social. Está em causa o respeito e o cumprimento da Constituição da República Portuguesa. E por estas razões, porque não estamos disponíveis para falsos consensos em torno do Dia Internacional da Mulher, apagando a luta histórica desta data, a CDU votou contra esta proposta. -----

- A Presidente da Assembleia Municipal, Susana de Fátima Carvalho Amador, informou que entregaria uma declaração de voto por escrito, a título pessoal, a qual fica apensa à presente ata. (Doc. 6) -----

- Pelo deputado municipal João Maurício Pereira (PPD/PSD), foi apresentado um **Voto de Saudação intitulado “Pela Eleição do Presidente da República Portuguesa”**. (Doc. 3) -----

- Sobre o documento interveio:-----

- João Pedro Silva Mendes dos Santos Ferreira (PS), mencionou que o Partido Socialista pretendia aderir aquele Voto de Saudação, no entanto, propôs uma alteração no último parágrafo, da parte deliberativa. Onde se lê:-----

«Assim, os eleitos dos PSD na Assembleia Municipal de Loures, reunidos a 26 de março de 2026, deliberam:-----

- Saudar institucionalmente o Presidente da República eleito, desejando que o seu mandato contribua para o reforço da estabilidade democrática, da coesão nacional e da confiança dos portugueses nas instituições da República.», -----

propôs que passasse a constar o texto com o seguinte teor:-----

«Assim, os eleitos da Assembleia Municipal de Loures, reunidos a 26 de março de 2026, deliberam:-----

- Saudar o Presidente da República, Dr. António José Seguro, desejando que o seu mandato contribua para o reforço da estabilidade democrática, da coesão nacional e da confiança dos portugueses nas instituições da República.» -----

- João Maurício Pereira (PPD/PSD), confirmou que o PSD aceitava a sugestão.-----

- Não havendo mais pedidos de inscrição para intervenção, passou-se à votação: -----

- **APROVADO POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR MAIORIA, COM 36 VOTOS A FAVOR (20 PS, 8 CH, 6 PPD/PSD, BE E IL) E 6 ABSTENÇÕES DA CDU - 42 PRESENCAS.** -----

- Pela deputada municipal Tânia Cristina Mateus Costa (CDU), foi proferida a seguinte declaração de voto: *A CDU absteve-se na proposta de saudação à eleição do Presidente da República, por entender que é marcada por uma aparente neutralidade, assente em conceitos vagos como estabilidade, coesão, confiança, que estão desligados da realidade concreta do país. A evocação da estabilidade democrática não pode servir para legitimar a continuidade de políticas que agravam desigualdades, empobrecem trabalhadores, pensionistas e aprofundam a exploração. A estabilidade não é um valor absoluto quando assenta na injustiça social e na degradação das condições de vida da maioria das pessoas. Do mesmo modo que o apelo à confiança nas instituições, não pode ser tratada*

como um fim em si mesmo. A confiança constrói-se com o cumprimento efetivo da Constituição da República Portuguesa e com respostas concretas aos problemas do país, no serviço nacional de saúde, na escola pública, na habitação, nos salários e nas pensões. A referência à coesão nacional, não pode servir para diluir, desvalorizar e ignorar a luta dos trabalhadores pelos seus direitos, num contexto marcado pelo agravamento das condições de vida e pela persistência de políticas que favorecem interesses instalados, sobre a qual o Presidente da República não pode ser indiferente. -----

Para a CDU, o que se espera do Presidente da República é que cumpra o juramento constitucional, defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição e não viabilizar ou dar cobertura a políticas que a contrariem à custa da instabilidade da vida dos portugueses. A CDU saúda todos os que participaram no ato eleitoral e naturalmente que respeita o resultado obtido nas urnas. Contudo, não pode ignorar uma saudação que omite as exigências ao Presidente da República e que, sobre a aparência de uma concertação, evita o essencial, a defesa dos direitos, a justiça social e o cumprimento da Constituição da República Portuguesa, que curiosamente está omissa na saudação. -----

- Pela deputada municipal Tânia Sofia dos Santos Portela (PS), foi apresentado um **Voto de Saudação intitulado “Aos Atletas do Concelho de Loures”**. (Doc. 4) -----

- Não havendo pedidos de inscrição para intervenção, passou-se à votação: -----

- **APROVADO POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, COM 42 PRESENCAS.** --

- Pela deputada municipal Maria de Fátima Amaral (CDU), foi apresentada uma **Moção sobre a urgência de ginecologia e obstetrícia, bem como a urgência geral do Hospital Beatriz Ângelo (HBA)”**. (Doc. 5)-----

- Sobre o documento intervieram: -----

- Rui Miguel Paiva Lopes Pinhel (PPD/PSD), mencionou que o documento referia dois hospitais, o Hospital de Vila Franca de Xira e o Hospital Beatriz Ângelo, recordando que, até há poucos anos, ambos apresentavam níveis de qualidade de excelência, comprovados por diversos relatórios. No entanto, considerou que, entretanto, tinham sido transformados em instituições com menor capacidade de resposta e com deficiências no atendimento aos utentes.-----

Questionou o que tinha mudado, concluindo que a principal alteração foi o fim das parcerias público-privadas, modelo no qual, segundo defendeu, tanto os profissionais como os utentes eram valorizados, não havendo situações em que os serviços estivessem encerrados. Afirmou que isso não acontecia anteriormente, mas acontecia atualmente.-----

Relativamente à questão concreta do reforço, referiu que, de acordo com o Ministro da Saúde, cerca de 27% dos partos da Unidade Local de Saúde do Vale do Tejo já eram realizados no Hospital Beatriz Ângelo, defendendo que, na prática, se estava apenas a formalizar uma situação já existente. Esclareceu ainda que não deixariam de existir partos no Hospital de Vila Franca, continuando a realizar-se partos normais e cesarianas, sendo apenas suspenso o regime de urgência, enquanto os casos programados permaneceriam nesse hospital.-----

Acrescentou que, ao contrário de outras situações, esta decisão não foi ideológica, mas sim suportada tecnicamente pela Comissão de Saúde da Mulher, Criança e Adolescente, não se tratando, portanto, de uma opção arbitrária. -----

Sublinhou também que o Governo e a Ministra da Saúde tinham assumido que essa solução seria experimental, podendo ser mantida caso funcionasse ou revertida caso não apresentasse bons resultados. -----

Por fim, referiu que, apesar de muitas informações transmitirem a ideia de agravamento da situação, existiam indicadores positivos: o Hospital Beatriz Ângelo teria reduzido o encerramento das urgências em 37% em 2025 e registava uma redução acumulada de 60% ao comparar janeiro de 2024 com janeiro de 2026. Transmitiu ainda que, em janeiro de 2026, os tempos de espera tinham diminuído 22,3% face a 2023 e 2024, concluindo que, embora ainda houvesse margem para melhoria, já estavam a ser feitos progressos, defendendo, contudo, que no futuro deveria ser corrigida a decisão de terminar com as parcerias público-privadas. -----

- Luís Filipe Pereira Direitinho (CH), fez uma intervenção que aquando a votação do documento, solicitou que a mesma fosse convertida em declaração de voto. (Pág. 10)

- Inês Falcão da Costa Morgado (PS), relativamente à moção apresentada pela CDU, disse que importava salientar, tal como foi explicado pelo Presidente da Câmara Municipal, que existia um compromisso por parte do Ministério da Saúde no sentido de que o sistema não entraria em colapso. Acrescentou que estariam disponíveis para avaliar essa situação ao longo do tempo. -----

Sublinhou ainda que, não obstante essa posição, o PS mantinha solidariedade com o sentimento expressado pelo município de Vila Franca de Xira. -----

Relativamente à intervenção do PSD, assinalou o que considerava ser uma evidente contradição, uma vez que o partido começou por caracterizar negativamente o estado atual do Hospital Beatriz Ângelo e terminou a sua intervenção com uma avaliação positiva. Deixou essa nota, afirmando que, apesar de tudo, entendiam ser necessário dar o benefício da dúvida, razão pela qual o PS não acompanharia a moção apresentada pela CDU.-----

- Tiago Filipe Jorge da Silva (IL), afirmou que gostaria de reforçar as palavras do deputado municipal Rui Pinhal, salientando a incapacidade atual de manter todas as urgências abertas em simultâneo. Referiu que a solução adotada passava por centralizar os serviços, garantindo assim a previsibilidade de existir pelo menos uma urgência aberta. Acrescentou que não se sabia se essa seria a solução ideal, mas que se tratava de uma medida em fase de teste, defendendo que seria necessário dar algum tempo para avaliar se efetivamente resultava. -----

- Maria de Fátima Amaral (CDU), disse que gostava de afastar a ideia de que bastava saber que o serviço estava aberto e conhecer o seu horário de funcionamento como algo positivo, considerando essa perspetiva uma espécie de miragem. Defendeu que estabelecer uma relação direta entre a situação atual e o fim das parcerias público-privadas constituía uma manipulação das circunstâncias, uma vez que o défice de funcionamento do Serviço Nacional de Saúde verificava-se de forma generalizada em todo o país, independentemente desse modelo. -----

Referiu que aquela associação só faria sentido se os problemas se restringissem a casos isolados, como os hospitais de Vila Franca de Xira ou Beatriz Ângelo, mas que a realidade era de uma falta generalizada de recursos em todo o SNS, o que considerava alarmante, abrangendo também os cuidados de saúde primários. -----

Sublinhou que o que estava em discussão não era o funcionamento global do Hospital Beatriz Ângelo, mas sim a questão da urgência de obstetrícia, nomeadamente o encerramento desse serviço no hospital de Vila Franca de Xira, que implicava a deslocação de utentes de vários concelhos para o Hospital Beatriz Ângelo. Salientou ainda que a maternidade de Vila Franca de Xira continuava a funcionar para partos normais e programados, sendo os casos urgentes e mais complexos os que eram transferidos. -----

Confessou que, apesar de não ser especialista, essa lógica parecia-lhe contraditória, na medida em que os casos urgentes eram obrigados a deslocar-se, enquanto os não urgentes mantinham proximidade. Considerou essa situação como uma espécie de experimentação indevida com pessoas, algo que entendia não ser aceitável. -----

Atribuiu a responsabilidade ao Governo, criticando a sua insistência em não pagar salários adequados nem em criar carreiras atrativas para médicos e enfermeiros do SNS, o que conduzia à falta de profissionais. Acrescentou que essa postura resultava numa incapacidade de recrutar e reter técnicos, levando a reorganizações que considerava inadequadas e que podiam originar situações de risco, como partos em ambulâncias.

Alertou ainda que, a manter-se essa trajetória, chegar-se-ia ao ponto de ter de equipar os bombeiros para assegurar partos, o que classificou como inadmissível. -----

Concluiu salientando que muitas grávidas viviam atualmente sem certezas quanto ao local onde iriam dar à luz, o que gerava um nível de ansiedade injustificado numa fase já sensível, responsabilizando o Governo por esse cenário, devido à falta de

investimento no SNS e à incapacidade de competir com o setor privado, que acabava por atrair os técnicos que o Estado paga para que sejam formados nas universidades. --

- A Presidente da Assembleia Municipal, passou a palavra ao Executivo Municipal, para serem prestados esclarecimentos. -----

- O Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Jorge Colaço Leão, referiu que de manhã, tinham tido reunião de Câmara, onde esse assunto também foi obviamente debatido e discutido. Em primeiro lugar, afirmou que percebia o teor e a preocupação daquela moção. No entanto, acrescentou algumas notas que, enquanto presidente de Câmara, disse de manhã e que tinha de reiterar ali. -----

Explicou que a matéria da centralização das urgências não era recente, já sendo discutida há muito tempo, bastando estar minimamente atento; não se tratava de uma iniciativa daquele Governo, pois já no anterior Governo do PS se falava nisso através do seu diretor executivo do SNS, sendo uma das vias equacionadas. -----

Apesar de compreender o teor e a preocupação, considerou que era extemporâneo, tendo transmitido isso na reunião de Câmara de manhã, tomar uma posição formal naquele sentido, na sequência de um conjunto de diligências que ele próprio efetuou junto da ministra da Saúde, do atual diretor executivo do SNS, da ULS, do conselho de administração do Hospital Beatriz Ângelo e do próprio diretor de serviço desse hospital. Referiu que todas essas diligências tinham tido como objetivo, em primeiro lugar, enquanto presidente da Câmara de Loures, salvaguardar que a urgência de Loures não fechasse.-----

Salientou ainda que teve oportunidade de o dizer na CNN, quando foi convidado a intervir sobre o tema, afirmando que estava solidário com a posição dos restantes presidentes de Câmara e que nem queria pensar no que faria se a urgência de Loures fechasse. Acrescentou que a principal preocupação que transmitiu à ministra, ao diretor do SNS e ao hospital foi a necessidade de reforço de pessoal, temendo que a concentração pudesse originar um colapso no próprio serviço. -----

Contudo, considerou que, depois de tudo o que foi feito, era necessário dar o benefício da dúvida para ver como a situação correria, sublinhando que essa era a primeira nota. Acrescentou que seria eticamente reprovável da sua parte agir de forma contrária, deixando de lado ideologias e críticas. -----

Referiu também que não iria pronunciar-se sobre a questão do Hospital Beatriz Ângelo quando esse era uma parceria público-privada, limitando-se a afirmar que a situação anterior também não era boa. Segundo explicou, a imprevisibilidade que as grávidas enfrentavam relativamente à urgência a que deveriam recorrer não era positiva, enquanto agora existia maior previsibilidade, o que considerava muito importante. ----

Ainda assim, afirmou não poder deixar de concordar parcialmente com as palavras da deputada municipal Fátima Amaral, reconhecendo que a situação refletia o colapso do

Serviço Nacional de Saúde. Defendeu que a contratação de mais médicos e a atratividade da carreira médica no SNS exigiam decisões, mas decisões sem ideologias. Na sua perspetiva, todos deveriam sentar-se à mesa, afastar politiquices, sectarismos, inclusive das ordens profissionais, debater sem preconceitos e tomar decisões, pois o SNS, tal como estava, poderia perder atratividade para os profissionais de saúde, tornando-se impossível competir com o setor privado.-----

- Não havendo mais pedidos de inscrição para intervenção, passou-se à votação: -----

– REJEITADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR MAIORIA, COM 7 VOTOS A FAVOR (6 CDU E BE) E 35 VOTOS CONTRA DOS RESTANTES REPRESENTANTES (20 PS, 8 CH, 6 PPD/PSD E IL) E - 42 PRESENCAS. -----

- O deputado municipal Luís Filipe Pereira Direitinho (CH), solicitou que a sua intervenção sobre o assunto fosse convertida para declaração de voto (Pág. 7): *Nós estamos perante um documento que a sua aprovação não vai conduzir a absolutamente nada. Já ouvimos hoje da parte da CDU comentários muito vagos relativamente às outras apresentações. De facto, temos no texto dois hospitais que o Chega no passado falou que, o regresso à gestão pública iria trazer consequências. Ora, as consequências estão à vista e é do conhecimento de toda a gente, portanto, não nos podemos esquecer. Ainda para mais quando se tratou meramente de decisões políticas que tiveram como assente um pressuposto meramente ideológico, esquecendo completamente ou pegando e deitando para o lixo aquilo que foram as recomendações do próprio Tribunal de Contas, dizendo que as parcerias público-privadas, para além de cumprirem com o seu desidrado, eram mais eficientes e eficazes em termos de gestão económica para os cofres do Estado, entenda-se contribuintes, e servia aquilo que eram as necessidades das pessoas.*-----

Ora, relativamente ao documento em si, de facto, penso que se é uma opção gestionária do atual Governo, pode ser dado o benefício da dúvida, perceber se efetivamente com esta centralização podemos ter uma maior capacidade de resposta àquilo que são as necessidades nestas áreas de ginecologia e da obstetrícia, se efetivamente não resultar, como disse aqui o deputado municipal Rui Pinhel, penso que a solução passará por voltar ao passado, porque acho que os bons exemplos devem ser seguidos. Se a parceria público-privada mostrou ser eficiente naquilo que é a resposta a quem procura um hospital e quem o paga, que somos nós todos contribuintes, então, como se costuma dizer, os bons exemplos devem ser seguidos. -----

- Após a discussão e votação dos documentos admitidos ainda intervieram no “Período de Antes da Ordem do Dia”: -----

- Tiago Filipe Jorge da Silva (IL), questionou se, de facto, a previsibilidade foi garantida, se ao nível das comunicações com o hospital e com as grávidas que foram de urgência também tem sido bem assegurado, ou seja, se as comunicações têm sido bem-feitas, se não tem havido falhas e se de facto se confirma apenas o reforço de um único enfermeiro, vindos do hospital de Vila Franca.-----

- Rui Miguel Paiva Lopes Pinhel (PPD/PSD), mencionou que queria colocar uma questão ao senhor Presidente, relacionada com a escola número 2 da Bobadela. Disse que não valia a pena descrever a quantidade de problemas que eram levantados, desde a falta de refeitório, as questões de segurança, a falta de assistentes técnicos, as transferências de verbas, entre outros. Acrescentou que o senhor Presidente já deveria ter recebido as mesmas notificações que o PSD tinha recebido e, por isso, questionou se havia alguma resposta sobre o tema. -----

- Maria de Fátima Amaral (CDU), referiu que tinha chegado ao conhecimento da CDU, inclusive através de publicações, que os resíduos urbanos nos SIMAR contavam com duzentos e oitenta operacionais e que iriam ser contratados mais cerca de cem, entre cantoneiros de limpeza e motoristas. Questionou para que funções seriam destinados esses cem novos operacionais e onde seriam colocados, uma vez que as instalações existentes já mal comportavam os trabalhadores atuais. -----
Acrescentou que tinham conhecimento da existência de concursos públicos para admissão de técnicos superiores e estranharam que, contrariando a prática habitual no SIMAR, dois desses técnicos fossem admitidos diretamente na posição 3, ultrapassando colegas que há vários anos se encontravam penalizados pelo SIADAP. Considerava que tal situação não lhe parecia correta, embora reconhecesse que deveria existir alguma explicação. Concluiu dizendo que para a CDU algumas daquelas situações eram inaceitáveis. -----

- Luís António Gomes Rainho (CH), referiu que tinha dois assuntos para apresentar ao Executivo. Explicou que, na rua de Ponta Delgada, faltava um passeio há muito tempo, numa curva que ligava a EDP ao Hospital Beatriz Ângelo, o que tinha provocado várias quedas, incluindo de ciclistas que se desviavam para a berma para evitar os carros. Disse que a falta daquele passeio era essencial e perguntou se estava prevista a sua construção naquela zona. -----

Referiu um segundo assunto, relacionado com o facto de ser eleito na Assembleia de Freguesia de Santo António dos Cavaleiros. Explicou que estava a ser feita uma construção entre a Avenida Francisco Pinto Pacheco e a Avenida António Galvão de Andrade, ocupando o espaço de um antigo estacionamento junto à Praça Simão da Veiga Júnior. Recordou que a praça era composta por quatro torres com 48 apartamentos cada, totalizando cerca de 192 apartamentos, e que, considerando que

as famílias tinham hoje em dia quase duas viaturas, isso representaria aproximadamente 380 carros. Sublinhou que a retirada daquele terreno para construção agravava o problema de estacionamento, já que os moradores chegavam do trabalho e não encontravam lugar para estacionar. Acrescentou que o espaço também era utilizado pelos residentes da rua da Bela Vista, o que tornava a situação ainda mais difícil. Concluiu dizendo que a falta de estacionamento estava a causar graves problemas aos moradores da zona e perguntou se existia alguma solução prevista. -----

- Luís Filipe Pereira Direitinho (CH), disse que queria colocar algumas questões relativamente à empreitada da passagem hidráulica sobre a Praceta Luís de Camões, na Ribeira da Apelação. Mencionou que tinham recebido informações de que não havia ainda grandes avanços na obra e recordou que já tinha abordado o tema anteriormente, tendo sido então respondido pela Vice-Presidente, que até mencionara os prejuízos causados ao comércio local. Por isso, questionou qual era o ponto de situação e se existia, por parte do empreiteiro, a possibilidade de recuperar o tempo perdido, reconhecendo que parte do atraso se devia também à intempérie. -----

Acrescentou que, ainda relacionado com a intempérie e com a depressão Kristin, tinham tomado conhecimento através da comunicação social, da situação dos desalojados do bairro de São João e São Benedito. Perguntou o que a Câmara tencionava fazer relativamente a essas pessoas, uma vez que, segundo a informação de que dispunham, iriam ser desalojadas sem terem uma solução imediata disponível. -----

Referiu ainda que, na União das Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação, mais concretamente na Avenida José Afonso, existia um buraco de grandes dimensões, que comprometia a circulação viária e pedonal, pelo que perguntou quando se previa uma reparação pontual ou uma intervenção mais profunda naquele local. -----

- A Presidente da Assembleia Municipal, passou a palavra ao Executivo Municipal, para serem prestados esclarecimentos. -----

- O Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Jorge Colaço Leão, respondeu à questão colocada pelo deputado municipal da Iniciativa Liberal, afirmando que, nas reuniões realizadas, foi assegurado que o reforço de pessoal previsto correspondia ao que tinha sido comunicado publicamente - um enfermeiro, e que poderiam existir medidas extraordinárias para reforçar a equipa, caso necessário. Sublinhou, no entanto, que nunca foi transmitida qualquer incerteza quanto à suficiência dos recursos existentes para garantir o normal funcionamento da operação. -----

Relativamente à Escola Básica n.º 2 da Bobadela, explicou que o Vereador António Marcelino abordaria outras matérias, mas que a questão do refeitório era recorrente. Afirmou que não existia espaço físico na escola para instalar um refeitório: ou se eliminava o logradouro, impedindo as crianças de brincar, ou simplesmente não havia

área disponível para construir. Acrescentou que o terreno envolvente não permitia expansão e que, por isso, não era possível crescer naquele local.-----

Indicou que estava em estudo um projeto a médio prazo para construir um novo edifício do 1.º ciclo na Escola Básica da Bobadela, na Quinta da Parreirinha, com oito ou nove salas. Explicou que os serviços de educação estavam a avaliar o crescimento da comunidade escolar e as necessidades futuras, de forma a definir o número de salas a construir. Esse novo edifício permitiria utilizar espaços comuns, como refeitório e pavilhão, e, posteriormente, reorganizar a rede escolar existente. No caso concreto da Escola n.º 2, a existência de um novo edifício permitiria reduzir uma sala e transformar duas salas em refeitório, sendo essa a única solução possível para dotar a escola desse equipamento, cuja necessidade reconheceu, mas cuja viabilidade atual considerou fisicamente impossível. -----

Respondendo ao deputado municipal do Chega, afirmou que não tinha no momento informação sobre o passeio da Rua da Ponta Delgada, comprometendo-se a averiguar e responder por escrito. Sobre a Ribeira da Apelação, explicou que a obra esteve interrompida devido às intempéries, mas que tinha reunido com o empreiteiro e que o enchimento da vala estava em curso. Garantiu que a obra seria retomada e que o objetivo era concluí-la no próximo mês.-----

Quanto ao comércio afetado pelas obras, afirmou que seria seguido o mesmo procedimento adotado na Quinta do Património, na envolvente do Jardim Público de Moscovide e na Praça da República, cujos pagamentos já estavam em curso. Garantiu que seriam tomadas medidas para minimizar o impacto negativo sobre os comerciantes. Sobre a Avenida José Afonso, informou que a situação estava identificada pela Proteção Civil e que já tinha sido transmitido à Junta de Freguesia que poderia ser efetuado um “tapa-buracos”, embora previsse que fosse necessário um asfaltamento mais profundo posteriormente. -----

- O Vereador, Nuno Ricardo Conceição Dias, dirigiu-se à deputada municipal Fátima Amaral para salientar que, no seu entender, não era coerente defender-se uma reorganização de carreiras em determinados dias e, noutros, defender que todos deveriam entrar pela base. Explicou que essa entrada pela base era precisamente aquilo que os SIMAR, e também a Câmara, tinham tentado fazer, sobretudo nos concursos de engenharia. Recordou que os SIMAR eram essencialmente uma entidade de engenharia, responsável pelo abastecimento de água, águas residuais e pluviais, e que, por isso, necessitavam obrigatoriamente de engenheiros. Caso contrário, teriam de recorrer à contratação externa para serviços que deveriam ser assegurados internamente. -----

Acrescentou que havia um erro grave em esperar resultados diferentes mantendo sempre as mesmas premissas. Explicou que, apesar de os SIMAR utilizarem a capacitação da contratação pública para recrutar pela base, entre 2021 e 2026 tinham perdido vinte técnicos superiores de engenharia para outros municípios e entidades

públicas que utilizavam mecanismos remuneratórios mais atrativos. Sublinhou que essa perda era significativa, dada a especificidade técnica da área.-----

Referiu também que existia uma grande necessidade de cantoneiros de limpeza, assistentes operacionais e motoristas, não só devido aos níveis de absentismo, mas também pela necessidade de renovação de um quadro de pessoal cuja média de idades ultrapassava os 55 anos. Defendeu que era necessário utilizar todos os mecanismos disponíveis para contratar. Sobre os concursos abertos para determinadas posições, afirmou compreender as preocupações, mas insistiu que os SIMAR não podiam competir com “armas diferentes” das utilizadas por outros municípios, sob pena de continuarem a perder engenheiros para autarquias vizinhas que abriam concursos com posições remuneratórias acima da base.-----

Dirigindo-se depois ao deputado municipal Luís Rainho, afirmou que havia duas premissas erradas que comprometiam toda a discussão. Explicou que os estacionamento utilizados naquela zona eram, na verdade, espaços privados não vedados, e não estacionamento públicos. Durante décadas, tinham sido usados de forma abusiva, mas não eram destinados ao uso público. Acrescentou que a alteração ao alvará de loteamento e a construção prevista tinham sido aprovadas e que os lugares de estacionamento exigidos pelo PDM eram cumpridos integralmente, de acordo com as tipologias dos fogos previstos.-----

Esclareceu que os novos moradores não iriam utilizar o estacionamento exterior, porque existia garantia de estacionamento suficiente dentro do empreendimento, acima até do exigido. Reconheceu, contudo, que havia um problema de estacionamento em Santo António dos Cavaleiros e que a Câmara não o negava. Informou que estavam a trabalhar com o proprietário e com a Junta de Freguesia para criar novos lugares de estacionamento, embora a fase de construção dificultasse a criação imediata de soluções. Informou que estava a ser criado um estacionamento provisório, embora insuficiente para as necessidades reais da freguesia, e que, após cumpridas todas as formalidades, avançariam para novas soluções de estacionamento na zona.-----

- O Vereador, António Manuel Lopes Marcelino, informou que as situações da Escola n.º 2 da Bobadela, apresentadas pelo deputado municipal Rui Pinhel, têm sido recorrentes e que as questões estruturais se mantinham há muitos anos. Referiu que o que o Presidente já tinha partilhado dizia respeito a soluções a médio prazo, mas que o objetivo era resolver definitivamente o problema. Acrescentou que existiam mais uma ou duas situações, sendo que uma delas tinha surgido recentemente e dizia respeito à utilização de uma sala que estava a ser usada pela Associação de Pais como biblioteca escolar. Explicou que o serviço tinha feito um grande esforço para informar a Associação de Pais, em articulação com a escola, de que era necessária uma plena coordenação, uma vez que a utilização da sala como biblioteca resultava de recomendações da

diretora da escola e de uma tentativa de resposta ao Ministério da Educação. Assim, a Câmara Municipal anuiu à utilização do espaço pela escola, dado o acordo do Ministério. Acrescentou, que nada impedia a Associação de Pais de utilizar o espaço no período pós-letivo, que era normalmente a hora das suas reuniões. Concluiu dizendo que, se houvesse uma articulação plena entre a Associação de Pais e a direção da escola, isso seria benéfico para todos, sobretudo para as crianças, que eram o interesse comum das duas partes, enquanto filhos e alunos.-----

- O Vereador, Nuno Ricardo Conceição Dias, transmitiu que o bairro de São João e o bairro de São Benedito constituíam dois casos distintos. Explicou que, no bairro de São Benedito, havia quatro famílias afetadas, enquanto no bairro de São João eram oito. Referiu que, no bairro de São Benedito, essas quatro famílias viviam nas extremidades das ruas, zonas que estavam a ser avaliadas pelo LNEC, em articulação com a autarquia, que realizava levantamentos topográficos para analisar a movimentação de terras. ----- Acrescentou que, no bairro de São João, a situação era mais grave, uma vez que as casas estavam em risco, existindo instruções do LNEC para encerrar aquela zona. Garantiu, contudo, que todas as famílias estavam a ser acompanhadas pelos serviços sociais da Câmara, encontrando-se em soluções de habitação de emergência: algumas com familiares, outras em unidades hoteleiras e outras ainda em alojamento local. Sublinhou que não havia ninguém sem acompanhamento e que estavam a ser encontradas soluções adequadas para resolver a situação.-----

- De seguida, a Presidente da Assembleia Municipal deu início ao “Período de Intervenção do Público”. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (21h04)** -----

--- Neste período, foi informado que existiam dois (2) munícipes inscritos, tendo seis minutos para intervir. Realizaram-se as seguintes intervenções:-----

- Mário de Jesus Lopes, Saúde, dirigiu-se aos deputados municipais para assinalar que aquela noite marcava a sua primeira intervenção após completar 78 anos e após a comemoração dos 75 anos de Moscovide, afirmando residir no concelho há 75 anos e quatro dias, algo que considerava uma marca invejável. ----- Prosseguiu com várias notas sobre temas nacionais: considerou “uma vergonha” o processo de escolha dos juizes do Tribunal Constitucional; mencionou que as seguradoras anteciparam pagamentos de sinistros em 5% devido às tempestades, e dirigiu críticas a Isaltino Morais, afirmando que este estaria “a brincar com o fogo” ao tentar recandidatar-se em 2029. -----

Apelou ao Presidente da Câmara para reforçar a Polícia Municipal, afirmando que Loures merecia o mesmo nível de resposta que Lisboa e Porto. Lamentou que o país funcionasse “a duas velocidades” e defendeu que Loures merecia mais respeito do Governo Central. Declarou-se convicto de que o concelho teria progresso em todos os setores, mas sublinhou a necessidade de melhorias na educação, nos transportes, na saúde e na habitação. Concluiu afirmando estar confiante no futuro do concelho e evocou o lema “um por todos e todos por um”, dizendo que, em Loures, não deveriam existir divisões partidárias, mas sim união para dignificar um concelho que, no seu entender, merecia o maior respeito.-----

- João Vladimiro Soares Resa, disse que por Abril não iria interromper a sua intervenção, ao contrário do que aconteceu na sessão de 18 de dezembro, que considerou um episódio negativo da Assembleia Municipal. -----

Dirigindo-se à Presidente, criticou o Regimento por, no seu entender, impedir o público de bater palmas ou manifestar-se, o que considerou especialmente grave quando se discutiam valores associados a Abril e à liberdade. Defendeu que o Regimento não estava adequado e que transmitia aos munícipes uma mensagem errada. Referiu também que, noutros locais, era permitida a recolha de imagens, enquanto naquele contexto considerava existir um excesso de protecionismo. Argumentou que os eleitos eram figuras públicas e questionou quem poderia ajudá-lo a obter um parecer jurídico sobre a possibilidade de registar imagens na Assembleia, afirmando que já tinha visto outras assembleias serem filmadas. Criticou ainda o facto do Regimento não acompanhar as mudanças, apesar de se prever assistência remota e outras formas de participação.-----

Passando ao ponto seguinte, questionou qual seria o PIE (plano de investimento de endividamento) para Loures no atual mandato, afirmando que já não existiam fundos municipais e que a narrativa do “maior investimento de sempre” servia apenas para cartazes, não correspondendo à realidade atual.-----

Mudando de tema, perguntou o que aconteceu à linha violeta do Metro, afirmando que o assunto desapareceu da agenda. Recordou promessas antigas, nomeadamente no período de 2009 a 2013, quando tinham sido apresentadas maquetes do Metro para Loures, considerando que essas situações se repetiam ciclicamente. -----

Referiu-se depois a um festival cultural realizado nas galerias do Centro Comercial da Portela, que classificou como inadequado para ser considerado um festival literário, por não incluir escritores consagrados. Afirmou que artistas como Sam the Kid não eram escritores e questionou por que razão o evento ocorria sempre na Portela, defendendo que deveria ser descentralizado. Criticou ainda a exibição de imagens de participantes ausentes e considerou que o evento precisava de ser repensado, incluindo a questão do ruído provocado por instrumentos de sopro num espaço fechado. -----

Prosseguiu com críticas à política cultural do concelho, que descreveu como “gritos” e “horror”, referindo o exemplo de uma peça de teatro no Pavilhão Paz e Amizade em que, segundo lhe relataram, não era possível ver o espetáculo devido às condições do espaço. Criticou também a contratação de artistas ligados ao hip hop para iniciativas juvenis, afirmando que faltava diversidade cultural e que os eventos tinham medidas de segurança excessivas. -----

Retomando o tema de Abril, afirmou que os valores de Abril deveriam vigorar todo o ano e criticou a existência de uma rua Marechal Carmona, em São Roque, considerando inadmissível que o concelho mantivesse o nome de uma figura associada ao regime do Estado Novo. Recordou que a Rua Marcelo Caetano, em São João da Talha, já tinha sido alterada para Rua D. Sebastião e defendeu que o mesmo deveria acontecer com a Rua Marechal Carmona. -----

Por fim, abordou a situação da circulação rodoviária no MARL, que classificou como caótica e perigosa, especialmente nas horas de ponta. Defendeu que a Câmara tinha responsabilidade sobre o assunto, por se tratar de território concelhio, e que não bastava cobrar três euros pela entrada. Era necessário garantir condições de segurança e fluidez e que a autarquia não podia ignorar o problema e tinha de intervir. -----

--- Dando continuidade aos trabalhos, a Presidente da Assembleia Municipal, de imediato, deu início ao “Período da Ordem do Dia”. -----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- PONTO UM -----

Proposta n.º 757/2025 – Plano de Ação Climática de Loures. (Aprovação ao abrigo do n.º 2 do artigo 14.º, da Lei de Bases do Clima (Lei n.º 98/2021). Proposta da Câmara Municipal. -----

- Sobre o documento intervieram: -----

- Jorge Manuel Lopes Antunes (PPD/PSD), considerava que o documento era robusto, bem estruturado e alinhado com o enquadramento legal e estratégico, apresentando alguns pontos fortes, como a abordagem integrada que combina mitigação e adaptação através de vinte medidas e cento e vinte e duas ações. Destacou a participação clara de um processo colaborativo envolvendo serviços municipais, *stakeholders* e consulta pública, bem como o foco no território, com identificação de áreas vulneráveis e definição de prioridades de intervenção. Deu nota ainda do alinhamento com o desenvolvimento económico, evidenciando oportunidades de inovação, competitividade e financiamento. -----

No entanto, era entendimento que poderiam ser introduzidas melhorias, nomeadamente ao nível da síntese, sugerindo a inclusão de um resumo mais direto que evidenciasse prioridades, custos e impactos. Foi igualmente referido que, embora existam indicadores e metas operacionais, esses poderiam estar mais destacados e simplificados para facilitar a monitorização. Adicionalmente, apontou que a linguagem utilizada na comunicação pública é bastante técnica, o que poderá limitar o envolvimento dos cidadãos. -----

Concluiu que se trata de um plano tecnicamente consistente, estrategicamente bem alinhado e sustentado por uma forte base analítica e participativa, mas que poderia ganhar maior impacto com mais simplificação, clareza executiva e foco na implementação. -----

- Pedro Manuel Fialho da Costa Lindo (PS), em relação aquele plano, referiu tal como já tinha sido mencionado pelo deputado municipal da bancada do PSD, que se trata de um plano robusto e de qualidade, atual e revelador de uma preocupação efetiva com as ameaças ao desenvolvimento sustentável e à coesão territorial, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das populações. -----

Sublinhou que o plano assenta em dois pilares fundamentais: a mitigação das emissões de gases com efeito de estufa e a adaptação do território aos impactos inevitáveis das alterações climáticas, recordando os episódios recentes de cheias e intempéries ocorridos no último inverno, os quais evidenciam a necessidade de um planeamento que permita reduzir as consequências desses fenómenos. -----

Destacou ainda diversas medidas concretas previstas, nomeadamente a promoção da mobilidade sustentável, o aumento da eficiência energética, o forte investimento em energias renováveis, uma gestão de resíduos mais eficaz, o combate aos efeitos das ondas de calor, particularmente relevantes com a aproximação do verão, através da valorização de espaços verdes e refúgios climáticos, bem como a prevenção de cheias e o reforço da proteção civil.-----

Acrescentou que, na perspetiva do Partido Socialista, aquele plano apresenta uma visão política clara de um concelho mais sustentável, resiliente e socialmente justo. -----

Reconheceu a importância de assegurar uma monitorização contínua, a existência de mecanismos eficazes de avaliação e a mobilização de financiamento adequado para a sua plena execução, salientando que este não deve ser entendido como um documento estático, mas sim para ser aplicado de forma contínua. Concluiu expressando o apoio e o voto favorável aquele Plano. -----

- Acardyo Kedy Santos Nazaré da Trindade (CDU), começou por agradecer aos técnicos envolvidos na elaboração do documento, descrevendo-o como extenso e dotado de componentes técnicas fundamentais para o concelho. -----

Referiu que algumas das suas questões surgiram na sequência de decisões recentes, nomeadamente relacionadas com a intervenção de um município, e manifestou interesse em compreender que impacto teria, caso não se concretize a conclusão da Linha Violeta no concelho, na implementação do plano de ação climática, quer ao nível económico, ambiental e da mobilidade para os lourenses. -----

Colocou igualmente uma questão relativa à ETAR de Frielas, onde foi recentemente implementado o processo de hidrólise, procurando perceber quais os benefícios concretos para os cerca de duzentos e cinquenta habitantes que usufruem daquele serviço, particularmente no que diz respeito à produção de biogás e às restantes ações previstas no âmbito do projeto, cuja conclusão está prevista para 2027. -----

Mencionou ainda a recente informação sobre a disponibilização do Parque da Juventude ao município, questionando que projetos, designadamente na área ambiental e de sensibilização para essas temáticas, serão desenvolvidos naquele espaço, tendo em conta a necessidade de intervenção identificada. -----

Retomou também a questão da prevenção de riscos associados a fenómenos extremos, já anteriormente abordada, nomeadamente no caso do bairro de São Benedito, em Camarate, questionando de que forma serão integradas medidas de prevenção no âmbito do Plano de Ação Climática de Loures (PAC). -----

Por fim, destacou que, na análise feita na comissão especializada, verificou-se que um dos principais emissores de CO₂ no concelho é a própria Câmara Municipal, através da sua frota, questionando que medidas o Executivo pretende adotar para reduzir esse impacto ambiental, diminuir a pegada ecológica e contribuir para o cumprimento das metas estabelecidas no plano climático a votação. -----

- Rita Lage Sarrico (BE), começou por saudar o trabalho desenvolvido na elaboração do documento, qualificando-o como extenso e, no seu entender, bastante completo, reconhecendo, contudo, que subsistiam algumas questões. Agradeceu ainda, na pessoa do senhor vereador Nuno Dias, a presença e o contributo da equipa que acompanhou a Comissão Especializada de Ambiente, Energia e Mobilidade, destacando a apresentação detalhada e exaustiva realizada. -----

Referiu que já em sede de Comissão Especializada tinha colocado diversas questões ao senhor vereador, maioritariamente relacionadas com a calendarização, a hierarquização de prioridades, a discriminação de medidas, bem como o financiamento e os investimentos previstos. Indicou que considerou adequadas as respostas obtidas e que aguardaria pela implementação do Plano, assegurando que o mesmo será acompanhado e escrutinado. -----

Salientou que, de momento, o mais importante seria garantir a aplicação do Plano, recordando o compromisso assumido de, no prazo de seis meses, ser feito um novo ponto de situação. Defendeu ainda que, atualmente, é prioritário e urgente que as

autarquias adotem medidas de combate às alterações climáticas, de proteção ambiental e de promoção da sustentabilidade.-----

Acrescentou, no entanto, a necessidade de realismo na avaliação do Plano, sublinhando que alguns indicadores de sucesso poderão depender de fatores externos que escapam ao controlo da autarquia, quer a nível local, quer nacional. Nesse sentido, considerou que o foco deve recair naquilo que está ao alcance da intervenção municipal, evitando dispersões em questões que já não permitem uma ação decisiva.-----

Concluiu reconhecendo o esforço desenvolvido, reiterando as dúvidas anteriormente colocadas em Comissão, mas manifestando confiança nas respostas recebidas e na avaliação a realizar dentro de seis meses, anunciando, por fim, o voto favorável do Bloco de Esquerda ao documento.-----

- A Presidente da Assembleia Municipal, passou a palavra ao Executivo Municipal, para serem prestados esclarecimentos.-----

- O Vereador, Nuno Ricardo Conceição Dias, começou por agradecer à Assembleia Municipal, à Comissão e aos técnicos envolvidos pela apresentação do documento e pela paciência demonstrada. Explicou que, quando propôs aquele ponto em reunião de Câmara, tinha consciência de que se tratava de um documento denso e técnico, e que assim deveria ser, porque a tecnicidade era essencial para fornecer os melhores indicadores e permitir decisões fundamentadas. Defendeu que um Plano daquela natureza não podia basear-se em perceções subjetivas, mas sim em dados concretos, métricas avaliáveis e ações calendarizáveis.-----

Referiu que o documento apresentava uma síntese adequada à quantidade de medidas previstas, tanto na adaptação como na mitigação, e que a sua robustez resultava não apenas do trabalho dos técnicos municipais, mas também da participação de diversos *stakeholders* externos, incluindo associações, IPSS e entidades do tecido empresarial. Sublinhou que todas as medidas tinham sido discutidas com esses intervenientes, de forma a garantir a sua aplicabilidade. Considerou que o pior que poderia acontecer seria produzir um documento composto por banalidades que depois não fossem cumpridas, algo que, segundo afirmou, se ouvia frequentemente em vários contextos políticos e mediáticos. Defendeu, por isso, que aquele Plano deveria funcionar como uma verdadeira “Bíblia” da intervenção municipal em matéria de ação climática, permitindo monitorização, justificação e avaliação pública.-----

Acrescentou que o Plano não começava naquele momento, recordando que o trabalho já tinha sido iniciado no mandato da CDU e posteriormente transformado e aprofundado para garantir maior equidade e capacidade de decisão. Sublinhou que a ação climática era uma causa que deveria ser trabalhada por todos e para todos.-----

Passando a aspetos mais concretos, explicou que muitas das medidas previstas já tinham financiamento assegurado através do plano de atividades da Câmara,

nomeadamente no âmbito da sustentabilidade e da contratação pública. Por essa razão, considerava pertinente que o Plano tivesse um relatório semestral a apresentar à Assembleia e à Câmara Municipal, uma vez que não era um documento estanque, mas sim dinâmico e sujeito a fatores externos que o município não controlava totalmente. Defendeu que uma avaliação recorrente era necessária e deveria envolver todos os deputados municipais. -----

Referindo-se à intervenção do deputado municipal Acardyo Santos, reconheceu que a não implementação da linha violeta teria impacto direto no Plano, afetando a mobilidade, as emissões de CO₂ e outros indicadores estruturantes. Afirmou que o mesmo se aplicava à questão da hidrólise na ETAR de Frielas, explicando que o impacto direto para a população residia na melhoria da sustentabilidade ambiental do sistema. Mencionou ainda o Parque Papa Francisco, que já tivera uma primeira intervenção e teria outras, destacando a intenção de utilizar água tratada da ETAR de Beirolos para regar os trinta hectares de espaço público, medida que considerou altamente sustentável e alinhada com o Plano. -----

Sublinhou que muitas medidas, analisadas isoladamente, poderiam parecer pequenas, mas que o objetivo era somar várias ações locais para enfrentar desafios globais. Elogiou a equipa técnica que trabalhava consigo, afirmando que o Plano representava a vontade, a capacidade e o compromisso político do município perante a emergência climática. -----

Por fim, destacou que o maior risco identificado no concelho eram as cheias, mas que também as zonas costeiras exigiam atenção, sendo por isso fundamental o trabalho já iniciado com o LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Concluiu, afirmando que o objetivo era garantir métricas aplicáveis e um Plano consequente com a visão do município e do Executivo, esperando que, após aprovação, pudesse também refletir a visão de todos os partidos e da Assembleia. -----

- O Presidente da Câmara Municipal, acrescentou que aquela matéria vem reforçar a robustez do próprio plano, retomando algumas das áreas anteriormente mencionadas. Referiu que o Município de Loures apresentou já a sua candidatura ao PTRR - Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência, a qual foi votada recentemente no Conselho Regional da CCDR. -----

Explicou que essa candidatura não se centrou prioritariamente na recuperação de danos, mas antes na promoção da resiliência do concelho face às alterações climáticas e a eventuais situações futuras. Salientou, assim, que a abordagem adotada privilegiou a preparação do território para enfrentar desafios futuros, em linha com os impactos previsíveis das alterações climáticas. -----

Destacou que o conceito de resiliência assumiu um papel central naquela candidatura, traduzindo a intenção de dotar o concelho de melhores condições de resposta do ponto de vista ambiental, tendo em conta os efeitos decorrentes das mudanças climáticas. ---

- Não havendo mais pedidos de inscrição para intervenção, passou-se à votação: -----

- **APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, COM 39 PRESENCAS.** --

- Foram proferidas as seguintes declarações de voto:-----

- Rita Lage Sarrico (BE), informou que entregaria uma declaração de voto por escrito, no entanto, até ao momento de elaboração da presente ata a mesma não foi rececionada

- Jorge Manuel Lopes Antunes (PPD/PSD), proferiu uma declaração de voto que foi entregue por escrito, a qual fica apensa à presente ata. (Doc. 7)-----

- Inês Falcão da Costa Morgado (PS), informou que entregaria uma declaração de voto por escrito, no entanto, até ao momento de elaboração da presente ata a mesma não foi rececionada.-----

PONTO DOIS

Proposta n.º 95/2026 - Minuta de Contrato-Programa a celebrar entre o Município de Loures e a GesLoures, Gestão de Equipamentos Sociais, E. M., Unipessoal, Lda., para o ano económico de 2026. (Deliberação ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto). Proposta da Câmara Municipal.-----

- Sobre o documento intervieram: -----

- Jorge Manuel Lopes Antunes (PPD/PSD), afirmou que o PSD tinha avaliado o documento com muita atenção, como seria normal, e que consideravam que o mesmo apresentava pontos muito fortes e outros que poderiam eventualmente ser melhorados, como tudo na vida. Referiu que o documento era claro nos seus objetivos, finalidade, sistemas de monitorização, indicadores e metas concretas, além de contar com parecer fiscal favorável. Contudo, na sua perspetiva, existia uma dependência significativa do financiamento público. -----

Acrescentou que, em alguns domínios, as metas eram pouco ambiciosas e que certos indicadores, como, por exemplo, uma taxa de ocupação de 2%, poderiam ser considerados pouco exigentes face a um histórico de crescimento que tem sido, felizmente, bastante superior. Deu nota ainda que o documento privilegiava resultados operacionais, apresentando menos evidência de medidas estruturais de redução de custos ou de inovação profunda. -----

Salientou também a existência de um risco associado às previsões financeiras, mencionando que o próprio parecer do fiscal alertava para incertezas futuras que

poderiam afetar os resultados. Concluiu que se tratava de uma proposta sólida, bem fundamentada e adequada à prossecução do interesse público, garantindo a continuidade da gestão dos equipamentos desportivos municipais, apesar de existirem aspetos que, no seu entendimento, poderiam ser diferentes ou melhorados. Por esse motivo, informou que o Partido Social Democrata votaria favoravelmente o documento.

- Inês Falcão da Costa Morgado (PS), sublinhou a ideia de que aquele contrato-programa constituía uma afirmação de que o desporto era uma prioridade estratégica para o concelho de Loures, enquanto fator de saúde, inclusão e qualidade de vida, motivo pelo qual também o PS se congratulava com a sua celebração. Referiu ainda que o PS entendia que o valor em causa assegurava de forma robusta o acesso da população aos equipamentos municipais, permitindo que a Gesloures praticasse tarifas socialmente responsáveis, opção política com a qual se identificavam. Por essa razão, informou igualmente que o PS votaria favoravelmente a proposta.-----

- Não havendo mais pedidos de inscrição para intervenção, passou-se à votação: -----

- APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR MAIORIA, COM 26 VOTOS A FAVOR (20 PS E 6 PPD/PSD) E 16 ABSTENÇÕES DOS RESTANTES REPRESENTANTES (8 CH, 6 CDU, BE E IL) - 42 PRESENCAS.-----

- Pelo deputado municipal Jorge Manuel Lopes Antunes (PPD/PSD), foi informado que entregariam uma declaração de voto por escrito, a qual fica apensa à presente ata. (Doc. 8)-----

-----PONTO TRÊS-----

Proposta n.º 101/2026 - Carta Social de Loures 2025-2029. (Autorização nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual). Proposta da Câmara Municipal.-----

- No uso da palavra, a deputada municipal Maria de Fátima Amaral (CDU), mencionou que de futuro seria importante aquele documento ir à Comissão respetiva e que deve ter havido um lapso para isso não ter acontecido.-----

- A Presidente da Assembleia Municipal, transmitiu que em conferência de líderes deveria ter sido solicitado e não aconteceu. Ficaria para uma próxima oportunidade, e não deixariam, obviamente, de acompanhar e monitorizar a Carta Social, porque também é essa a função da própria Comissão e do plenário.-----

- Não havendo mais pedidos de inscrição para intervenção, passou-se à votação: -----

- APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, COM 42 PRESENCAS. --

-----PONTO QUATRO-----

Proposta n.º 106/2026 - Contrato interadministrativo de delegação de competências, (investimento) entre a Câmara Municipal de Loures e a União das Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela, para execução da requalificação da cobertura em fibrocimento com amianto do edifício de apoio ao parque infantil O Sonho de Criança, na Bobadela. (Autorização nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual). Proposta da Câmara Municipal. -----

- Sobre o documento intervieram: -----

- Ana Margarida Dias Raimundo Guerreiro (CH), mencionou que o CHEGA, na passada terça-feira, tinha estado na Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela, onde aquele ponto também tinha sido submetido a votação, e que a questão que lá colocaram, pretendiam igualmente colocá-la naquele momento. Perguntou qual era a hierarquia de prioridades nos edifícios sociais do município que justificava a intervenção naquele em específico, em detrimento de outros. -----

Perguntou ainda da possibilidade de lhes ser disponibilizada uma listagem com todos os equipamentos identificados no município em que conste amianto na sua composição. -

- Rui Miguel Paiva Lopes Pinhel (PPD/PSD), referiu que o PSD também tinha feito essa declaração na terça-feira anterior, na Assembleia de Freguesia, questionando se a prioridade, ao nível da substituição de fibrocimento com amianto, deveria recair sobre aquele local específico, que, embora seja um jardim, lhes parecia não ter uma utilização conhecida. -----

Nesse sentido, questionou se no parque escolar, já não existia fibrocimento, bem como nos edifícios ao serviço da Junta de Freguesia que são utilizados pelos funcionários, de modo a avaliar se a intervenção em causa seria, de facto, a mais prioritária ou se existiriam outras necessidades mais urgentes.-----

Acrescentou ainda que, na mesma ocasião, tinham alertado para algumas deficiências identificadas no âmbito daquele procedimento, considerando importante que o município, aquando da execução do contrato interadministrativo, tivesse uma atenção acrescida à sua concretização e acompanhamento, tendo em conta as falhas que a Junta de Freguesia demonstrou na gestão do processo, as quais lhe pareciam graves do ponto de vista técnico. -----

- Inês Falcão da Costa Morgado (PS), congratulou a prioridade atribuída pela União das Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela àquele equipamento para a celebração do contrato interadministrativo. Referiu que, relativamente à escolha daquele parque infantil, consideravam que terá estado em causa a vulnerabilidade dos utilizadores, designadamente as crianças e os seus cuidadores, salientando que, tendo em conta que o fibrocimento com amianto constitui um risco potencial para a saúde pública e para o ambiente e a iniciativa devia ser saudada. -----

Relativamente às questões levantadas na Assembleia de Freguesia pelo deputado municipal Rui Pinhel, indicou que ele tinha colocado em causa a eventual adoção de práticas menos rigorosas no que diz respeito aos orçamentos e às consultas a empresas. Afirmou que o deputado municipal tinha referido não conhecer a empresa consultada e que, ao verificarem no IMPIC, confirmaram que a mesma possuía certificado de empreiteiro de obras públicas. Acrescentou que o deputado municipal poderá não ter verificado corretamente, por eventualmente ter pesquisado apenas pelo alvará e não pelo certificado, o qual, face ao valor da obra, permite à empresa executar os trabalhos, uma vez que a obra não excede 20% dos 40.000 euros. -----

Referiu ainda que também o deputado municipal da CDU, Bruno Simão, tinha questionado a alegada falta de cuidado do Executivo na escolha das consultas efetuadas e sublinhou que não se devia colocar em causa, dessa forma, a idoneidade do Executivo e da empresa consultada, reiterando que essa não apresentava qualquer irregularidade, nomeadamente no que respeita ao registo no IMPIC. -----

- Rui Miguel Paiva Lopes Pinhel (PPD/PSD), disse que a senhora representante Inês Falcão afirmou que ele teria levantado suspeições. Ele contrapôs referindo que não levantou qualquer suspeição e apenas colocou em causa a idoneidade do Executivo. Acrescentou que a representante teria de provar que ele disse tal coisa, uma vez que, segundo ele, ela não o acusara diretamente e quem o fizera foi o representante Bruno Simão. Recordou ainda que ambos estiveram presentes na mesma reunião e que, por isso, considerava que a memória da representante estaria curta, pois, no próprio dia lembrava-se do que tinha dito, mas no dia seguinte já não. -----

Relativamente ao IMPIC, afirmou que bastaria à representante procurar o número de contribuinte no site do instituto, onde constam todas as licenças emitidas ou expiradas para obras públicas, não obras quaisquer, mas especificamente obras públicas, e que não encontraria qualquer referência à empresa em causa. -----

Acrescentou também outra questão que levantou e que o Presidente da Junta reconheceu como falha: quando solicitavam uma proposta a uma empresa, nem sequer eram capazes de indicar qual a legislação do IVA que devia ser seguida para a apresentação dessa proposta. -----

Por fim, considerou grave que a representante afirmasse que ele teria criado alguma suspeição ou posto algo em causa, reiterando que tal acusação era injustificada. -----

- Bruno Alexandre Caçador Simão (CDU), disse que não esperava que houvesse ali uma segunda ronda da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Santa Iria e que, no seu entendimento, o assunto já se encontrava esclarecido. Explicou que todos tinham considerado que uma obra daquele tipo, sobretudo pela delicadeza associada à remoção de amianto, não se tratava de uma intervenção simples, como uma pintura, mas sim de uma responsabilidade significativa. Por essa razão, disse que, no âmbito do contrato interadministrativo que estava a ser discutido e votado, se pretendia garantir que haveria todo o cuidado e zelo na seleção das entidades responsáveis pela prestação do serviço, o que justificava o debate realizado. -----

Acrescentou que, durante essa discussão, a Junta de Freguesia prestou esclarecimentos que os tranquilizaram, garantindo que, na fase de contratação, seriam asseguradas todas as garantias relativamente à idoneidade da empresa adjudicatária. Considerou, por isso, que não havia necessidade de a representante vir à Assembleia Municipal apresentar uma réplica que, segundo ele, não fora capaz de fazer no momento próprio da discussão. Ainda assim, comentou que todos têm direito a uma segunda oportunidade e que a representante entendeu que aquela seria a sua. -----

- Luís Filipe Pereira Direitinho (CH), afirmou que o assunto explanado era suficientemente esclarecedor e que devia ser tratado em sede de Assembleia de Freguesia. Acrescentou duas notas breves, relativamente à intervenção da colega Ana, disse que ela fizera apenas uma pergunta objetiva e direta ao Executivo, por que motivo se escolhera aquela entidade e não outra, sem levantar qualquer anátema ou polémica sobre quem quer que fosse. -----

Quanto à intervenção da deputada municipal Inês Falcão, esclareceu que o termo correto era *alvará* e não *certificado*, sendo essa a única clarificação que pretendia fazer. -----

- Inês Falcão da Costa Morgado (PS), mencionou que, tanto quanto sabia, para aquele caso bastaria o certificado de obra pública correspondente ao valor em causa, acrescentando que a discussão poderia ser aprofundada posteriormente. Referiu que o assunto parecia ter incomodado quem levantou a questão na própria Assembleia de Freguesia e declarou não pretender trazer o tema para a Assembleia Municipal com o mesmo nível de pormenor. -----

Recordou que a primeira intervenção sobre a proposta, apresentada pelo deputado municipal Rui Pinhel, mencionava que tinham sido levantadas, na Assembleia de Freguesia, dúvidas quanto à legalidade do procedimento. Referiu ainda que, conforme o deputado municipal da CDU assinalou, não tivera resposta imediata naquele dia porque não tivera oportunidade de confirmar se a questão levantada era ou não verdadeira. Explicou que, no caso concreto, o que foi colocado em causa tinham sido os próprios serviços do Executivo da União das Freguesias, motivo pelo qual considerava importante retificar a intervenção e as dúvidas então apresentadas. -----

Concluiu afirmando que, por essa razão, fez questão de esclarecer na Assembleia Municipal que o certificado da empresa em causa se encontrava registado no IMPIC. ---

- Maria de Fátima Amaral (CDU), disse que, no seu entendimento, aquela discussão não devia sequer ter ocorrido. Referiu que, felizmente, eram poucos os presentes que também integravam Assembleias de Freguesia, pois, caso contrário, a situação tornar-se-ia insustentável. Comentou que, a continuar assim, seria necessário criar um ponto específico na ordem de trabalhos apenas para que cada um viesse esclarecer na Assembleia Municipal aquilo que não conseguia esclarecer na Assembleia de Freguesia, o que considerou absolutamente inadmissível e inaceitável.-----

Acrescentou que a situação nada tinha a ver com liberdade de expressão, mas sim com a incapacidade de algumas pessoas perceberem que certos procedimentos não são admissíveis naquele contexto. Referiu ainda que, para agravar, as questões em causa eram dirigidas à Câmara Municipal e não a qualquer bancada em particular.-----

- A Presidente da Assembleia Municipal, Susana de Fátima Carvalho Amador, transmitiu que, na sua perspetiva, a Mesa não podia impedir que determinados debates fossem retomados quando um tema tivesse sido discutido num órgão e posteriormente noutro. Defendeu que a função da Assembleia era clarificar e definir o que fosse necessário, dentro da liberdade de intervenção de cada participante, e que, por esse motivo, não podia ter limitado ou condicionado aquela intervenção. -----

Acrescentou, contudo, que considerava que, após uma primeira ronda de debate, o assunto devia estar esgotado, mencionando que, pelos vistos, tal não aconteceu, uma vez que a discussão continuava a prolongar-se. -----

- Inês Falcão da Costa Morgado (PS), declarou que pretendia fazer um ponto de ordem, afirmando que era inadmissível que a bancada da CDU tentasse, de qualquer forma, limitar a liberdade de intervenção da bancada do Partido Socialista ou, em particular, a sua própria. Recordou que intervenções semelhantes já tinham sido feitas relativamente à bancada da CDU e que se lembrava de momentos em que essa bancada manifestou grande indignação por considerar que a sua liberdade de expressão estava a ser restringida. Por esse motivo, afirmou não poder deixar de exigir que o tratamento fosse idêntico para todas as bancadas. -----

- Maria de Fátima Amaral (CDU), afirmou que a questão era bastante simples e que aquele assunto era claramente lateral, tendo transitado da discussão ocorrida noutro órgão para a Assembleia Municipal apenas porque surgiu “à boleia” da pergunta colocada. Explicou que isso aconteceu, mas que não se tratava de limitar a liberdade de expressão, tratava-se, sim, de considerar que a dimensão que o tema estava a assumir nos trabalhos da Assembleia Municipal era desajustada e sem sentido. -----

- Seguidamente a Presidente da Assembleia Municipal, passou a palavra ao Executivo Municipal, para serem prestados esclarecimentos. -----

- O Vereador, Nuno Ricardo Conceição Dias, afirmou que não iria fugir às questões colocadas nem desviá-las, esclarecendo que todas as propostas apresentadas, bem como os contratos interadministrativos, tinham obrigatoriamente de vir sustentados pelos respetivos orçamentos. Recordou que já tinham existido contratos interadministrativos em mandatos anteriores e que aquele era o primeiro do mandato atual em que faltara algum elemento instrutório, nomeadamente os orçamentos. Explicou que os dois orçamentos presentes, um solicitado pela Junta de Freguesia e outro pela Câmara, serviam apenas para consubstanciar o valor da proposta, sublinhando que nada garantia que a adjudicação viesse a ser feita às entidades que os emitiram. Acrescentou que deixava essa nota para evitar dúvidas.-----

Referiu também que tinham sido colocadas questões importantes, nomeadamente sobre a prioridade atribuída ao equipamento em causa. Dirigindo-se ao deputado municipal Rui Pinhel, afirmou que ele tinha razão ao mencionar a necessidade de avaliar as instalações dos funcionários, esclarecendo que aquelas instalações e arrecadações pertenciam à Junta de Freguesia e que, por isso, se enquadravam no critério referido. Acrescentou que sabia, por experiência própria, quem eram os funcionários que utilizavam aquele espaço e outros espaços próximos. -----

Relativamente ao fibrocimento e ao amianto, explicou que o problema não residia apenas na existência do material, que podia estar em condições aceitáveis mediante monitorização e avaliação, mas sim nas zonas onde as cápsulas já se encontravam soltas, representando risco para a saúde pública. Indicou que essa análise técnica justificava a substituição da área afetada, sobretudo por se tratar de um espaço frequentado por crianças, cuidadores e pessoas mais idosas, além da proximidade de habitações. -----

Acrescentou que a intervenção cumpria os critérios referidos pelo deputado, nomeadamente a proteção de instalações de funcionários, a pertinência da ocupação do espaço e a necessidade de salvaguardar pessoas vulneráveis. Recordou ainda que entre 2017 e 2021 existiu uma campanha nacional de substituição de amianto em equipamentos escolares, financiada pelo Ministério da Educação, e que se tentou estender essa campanha a zonas do espaço público, o que não foi possível. Concluiu afirmando que o Executivo estava a proceder a avaliações técnicas concretas para determinar o que estava em condições e o que necessitava de substituição, avançando com as intervenções necessárias de forma equilibrada e fundamentada. O critério foi simples e cumpre na íntegra os preceitos que referiu o senhor deputado municipal, instalações de funcionários, ocupações pertinentes e a necessidade junto às habitações e a pessoas vulneráveis a essa mesma exposição.-----

- Joana Teresa Cardoso Feitor Almeida (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela), solicitou escusa na votação da presente proposta. -----

- Não havendo mais pedidos de inscrição para intervenção, passou-se à votação: -----

- **APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, COM 41 PRESENCAS.** --

-----**PONTO CINCO**-----

Proposta n.º 110/2026 - Assunção do compromisso plurianual, referente ao procedimento para fornecimento de refeições escolares nos estabelecimentos de ensino da rede pública do concelho. (Deliberação ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho). Proposta da Câmara Municipal.-----

- Não havendo pedidos de inscrição para intervenção, passou-se à votação: -----

- **APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, COM 42 PRESENCAS.** --

- Pelo deputado municipal Jorge Manuel Lopes Antunes (PPD/PSD), foi informado que entregariam uma declaração de voto por escrito, a qual fica apensa à presente ata. (Doc. 9)-----

--- Não havendo mais pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia Municipal, deu por terminada a reunião, passando a palavra ao Primeiro Secretário, para leitura da minuta da ata.-----

- O Primeiro Secretário, Aquilino José Marques Ventura, leu a minuta da ata, a qual foi aprovada por votação nominal e por unanimidade (42 presenças), ficando a mesma arquivada na pasta dos documentos da presente reunião. -----

--- Nesta reunião estiveram presentes por parte do Executivo Municipal, o Presidente da Câmara Ricardo Jorge Colaço Leão e os Vereadores Nelson César Gonçalves Batista, Nuno Ricardo da Conceição Dias, Gonçalo Filipe Vintém Caroco Paula Alexandra Flora da Costa Magalhães, Patrícia Isabel Morgado de Almeida, André Filipe Reis Antunes e António Manuel Lopes Marcelino. -----

--- Eram vinte e duas horas e cinco minutos, quando a Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a reunião.-----

--- A ATA FOI APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, COM 42 PRESENÇAS, SENDO QUE 13 REPRESENTANTES NÃO ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO A QUE RESPEITA A PRESENTE ATA E NÃO PARTICIPARAM NA VOTAÇÃO. A ATA FOI APROVADA NA REUNIÃO DE ONZE DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS, COM DISPENSA DE LEITURA, DADO TER SIDO PREVIAMENTE DISTRIBUÍDA POR TODOS OS DEPUTADOS MUNICIPAIS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

A ATA É ASSINADA PELO 1.º SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, AQUILINO JOSÉ MARQUES VENTURA, -----

E PELA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, SUSANA DE FÁTIMA CARVALHO AMADOR,

Aprovado por
unanimidade
(39 presenças)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOURES
Gabinete Deputados PSD

5ª Sessão Extraordinária

26.03.2026

[Handwritten signatures] ①

VOTO DE PESAR

Pelo falecimento de Nuno Morais Sarmiento

Os Eleitos do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Loures, expressam o seu mais profundo pesar pelo falecimento de Nuno Morais Sarmiento, personalidade de relevo na vida pública portuguesa, cujo percurso se destacou pelo seu contributo para a política, o direito e o pensamento institucional em Portugal.

Licenciado em Direito, exerceu a advocacia com reconhecido mérito, mantendo ao longo da sua vida uma intervenção cívica e política consistente, pautada pela defesa dos valores democráticos e pelo sentido de responsabilidade no exercício de funções públicas.

A sua participação ativa na vida política nacional, enquanto militante e dirigente partidário, bem como o desempenho de funções governativas e parlamentares, ficaram marcados pela capacidade de diálogo, pelo rigor e pelo respeito institucional que sempre evidenciou.

Ao longo do seu percurso, assumiu responsabilidades de elevada exigência, contribuindo para o funcionamento das instituições democráticas e para a afirmação de uma cultura política assente na moderação e no compromisso.

Mais recentemente, no exercício de funções à frente da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, destacou-se pelo dinamismo e pela forma como promoveu o reforço das relações entre Portugal e os Estados Unidos da América.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOURES

Gabinete Deputados PSD

O seu desaparecimento representa uma perda significativa para a vida pública nacional, sendo recordado pela sua inteligência, sentido de serviço e dedicação às causas públicas.

Pelo que, o Grupo Municipal do PPD/PSD, propõe que a Assembleia Municipal de Loures, reunida a 26 de março de 2026, delibere:

1 - Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de Nuno Morais Sarmiento, prestando homenagem ao seu percurso pessoal, cívico e político;

2- Prestar um minuto de silêncio em sua homenagem

O presente voto, a ser aprovado deverá ser remetido:

- À sua família;

- Ao Partido Social Democrata.

Loures, 26 de março de 2026

Os eleitos do Partido Social Democrata

Aprovado por
Placota (41 presenças)
6C - CDU
35F - PS + PSD + CH
BE + IL



5ª sessão extraordinária

26.03.2026

⓪

Sob

②

Voto de Saudação ao Dia Internacional da Mulher

No dia 8 de Março assinalou-se o Dia Internacional da Mulher, uma data que convida à reflexão sobre o papel das mulheres na sociedade e sobre o contributo que, ao longo das gerações, tantas mulheres deram para o desenvolvimento das comunidades, das famílias e das instituições.

Mais do que um momento de celebração, este dia deve ser também uma oportunidade para reconhecer o percurso de inúmeras mulheres que, muitas vezes de forma discreta e silenciosa, contribuíram para a construção de uma sociedade mais equilibrada, mais humana e mais coesa.

A história de Portugal, tal como a história do concelho de Loures, está profundamente marcada pela presença e pela acção de mulheres que se distinguiram nas mais diversas áreas da vida colectiva. Mulheres que, através do seu trabalho, da sua dedicação e da sua capacidade de liderança, ajudaram a construir caminhos de responsabilidade cívica e de serviço à comunidade.

Também em Loures encontramos exemplos que merecem ser recordados. A figura de Maria Amália Vaz de Carvalho, que viveu no Palácio de Pintéus, permanece como uma referência incontornável da vida cultural portuguesa. Escritora, intelectual e mulher de grande sensibilidade e pensamento, deixou uma obra que atravessa gerações e que continua a inspirar o valor da cultura, da educação e da reflexão. A sua ligação ao território de Loures constitui um motivo de orgulho para o concelho e um exemplo do contributo feminino para o património cultural do país.

Importa igualmente recordar Carolina Beatriz Ângelo, médica e cidadã de grande coragem cívica, profundamente ligada ao concelho de Loures. Em 1911, Carolina Beatriz Ângelo tornou-se a primeira mulher a votar em Portugal, num momento histórico que marcou a afirmação da participação feminina na vida cívica do país. Num contexto em que a presença das mulheres na esfera pública era extremamente limitada, a sua determinação representou um gesto de grande significado histórico. A sua memória permanece associada a valores de independência, coragem e participação cívica que continuam a inspirar gerações.

6



88

Mas a história das mulheres não se faz apenas de nomes que ficaram registrados nos livros. Faz-se, sobretudo, da vida cotidiana de milhares de mulheres que, todos os dias, assumem responsabilidades fundamentais na sociedade.

São mulheres que trabalham, que estudam, que empreendem, que educam os seus filhos e que cuidam das suas famílias. São mulheres que contribuem para a economia local, que participam na vida associativa, que desempenham funções nas escolas, nas instituições sociais, nas empresas e nos serviços públicos.

Muitas delas enfrentam desafios exigentes: a necessidade de conciliar a vida profissional com a vida familiar, a pressão de um custo de vida cada vez mais elevado, a responsabilidade de cuidar de várias gerações dentro da mesma família ou a dificuldade de encontrar tempo para si próprias no meio das múltiplas tarefas que assumem diariamente.

Ainda assim, continuam a demonstrar uma capacidade notável de resiliência, de dedicação e de sentido de comunidade.

É precisamente essa dimensão humana, feita de esforço, responsabilidade e compromisso com o bem comum, que importa valorizar quando assinalamos o Dia Internacional da Mulher.

Esta data deve também recordar que, em muitas partes do mundo e até em algumas realidades presentes nas nossas próprias sociedades, persistem situações de violência contra as mulheres e formas de discriminação que não podem ser ignoradas. Existem contextos culturais e sociais onde a dignidade e a liberdade das mulheres continuam a ser limitadas, onde práticas e costumes mantêm situações de desigualdade ou de opressão.

A defesa da dignidade das mulheres exige uma afirmação clara de que a violência contra as mulheres é inaceitável em qualquer circunstância e de que nenhuma tradição ou prática cultural pode justificar a desvalorização da sua liberdade, da sua integridade ou da sua segurança. A protecção das mulheres deve ser um princípio fundamental de qualquer sociedade que se pretende justa e respeitadora da dignidade humana.



6 SCS

Também no concelho de Loures encontramos inúmeras mulheres que, nas mais diversas áreas, desempenham um papel determinante para o funcionamento e para a vitalidade da nossa comunidade. Mulheres que trabalham nas escolas, nos centros de saúde, no comércio local, nas instituições sociais, nas forças de segurança, nos serviços municipais ou nas associações culturais e desportivas que dão vida ao nosso território.

O seu contributo é essencial para o equilíbrio da sociedade e para o fortalecimento dos laços comunitários que caracterizam o nosso concelho.

Assinalar o Dia Internacional da Mulher é, por isso, reconhecer esse contributo colectivo e reafirmar a importância de continuar a construir uma sociedade onde todas as pessoas possam desenvolver o seu projecto de vida com dignidade, segurança e estabilidade.

É também reconhecer o valor da família, da responsabilidade individual, do trabalho e da solidariedade intergeracional, pilares fundamentais que muitas mulheres continuam a sustentar no dia-a-dia das suas vidas.

A Assembleia Municipal de Loures deve, neste contexto, associar-se a esta data com um sentimento de respeito e reconhecimento por todas as mulheres que contribuem para a vida do nosso concelho.

Assim, a Assembleia Municipal de Loures, reunida em sessão plenária, delibera saudar todas as mulheres do concelho de Loures, reconhecendo o seu papel fundamental na vida das famílias, das comunidades e das instituições, bem como o contributo que diariamente prestam para o bem-estar e para a coesão da nossa sociedade.

Que este dia seja, acima de tudo, um momento de reconhecimento, de respeito e de valorização do percurso de tantas mulheres que, através do seu trabalho, da sua dedicação e do seu sentido de responsabilidade, continuam a desempenhar um papel essencial na construção do presente e do futuro do nosso concelho e do nosso país.

Loures, 26 de Março de 2026

Os Eleitos da bancada do CHEGA, Assembleia Municipal de Loures

Aprovado por
maioria (42 presenças)

SA - CDU
36 F - D, CH, PSD,
BE, IL



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOURES
Gabinete Deputados PSD

5ª Sessão Extraordinária
26.03.2026

Sol
③

VOTO DE SAUDAÇÃO

Pela Eleição do Presidente da República Portuguesa

A Assembleia Municipal de Loures saúda a eleição do novo Presidente da República Portuguesa, na sequência das eleições presidenciais de 2026, cujo resultado expressa a vontade soberana do povo português e reafirma a vitalidade do regime democrático consagrado na Constituição da República Portuguesa.

Num contexto nacional e internacional particularmente exigente, marcado por instabilidade geopolítica, desafios económicos persistentes e transformações sociais profundas, a eleição do Chefe de Estado assume um significado acrescido enquanto fator de estabilidade institucional, continuidade democrática.

No quadro do sistema semipresidencial português, o Presidente da República desempenha um papel singular na arquitetura constitucional. Enquanto garante da independência nacional, da unidade do Estado e do regular funcionamento das instituições democráticas, cabe-lhe exercer uma magistratura de influência que contribua para o equilíbrio entre os órgãos de soberania, promovendo o diálogo institucional, prevenindo bloqueios políticos e assegurando a estabilidade do sistema democrático.

A legitimidade direta conferida pelo sufrágio universal constitui um dos pilares desta função moderadora, reforçando a autoridade política e moral do Presidente da República no exercício das suas competências constitucionais. É essa legitimidade que lhe permite agir como árbitro institucional e como garante último do funcionamento regular do regime.

A democracia fortalece-se quando os cidadãos participam, quando as instituições são respeitadas e quando os resultados eleitorais são reconhecidos com maturidade democrática. A expressão do voto popular agora verificada reafirma a confiança dos

[Handwritten signature]



48/

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOURES

Gabinete Deputados PSD

portugueses nas instituições da República e na arquitetura constitucional que sustenta o regime democrático desde 1976.

O PSD, enquanto partido fundador da democracia portuguesa e com um papel relevante na consolidação do regime constitucional, mantém o seu compromisso inequívoco com a estabilidade institucional, o respeito pelos órgãos de soberania e o funcionamento equilibrado do sistema político consagrado na Constituição.

Num regime pluralista, as eleições constituem momentos essenciais de escolha e de debate, afirmando, de forma inequívoca, um ethos democrático consolidado. Nesse sentido, após a expressão da vontade popular, cabe a todos os responsáveis políticos contribuir para um clima de estabilidade, cooperação institucional e respeito pelas funções próprias de cada órgão de soberania.

clausuras

Assim, os eleitos dos PSD na Assembleia Municipal de Loures, reunidos a 26 de março de 2026, deliberam:

- Saudar institucionalmente o Presidente da República eleito, desejando que o seu mandato contribua para o reforço da estabilidade democrática, da coesão nacional e da confiança dos portugueses nas instituições da República.

O presente voto, a ser aprovado, deverá ser remetido:

- Presidência da República
- Assembleia da República
- Câmara Municipal de Loures
- Comunicação social

Loures, 26 de março de 2026

Os eleitos do Partido Social Democrata



Aprovado por
unanimidade, com 42 presenças

5ª Sessão Extraordinária

26-03-2026

6

SA

4

VOTO DE SAUDAÇÃO

Aos Atletas do Concelho de Loures

A Assembleia Municipal de Loures, reunida em sessão extraordinária no dia 26 de março de 2026, saúda e congratula todos os atletas do concelho que participaram no Campeonato Regional de Lisboa de Kickboxing, realizado nos dias 21 e 22 de março, no Pavilhão Multiusos de Odivelas, competição que reuniu mais de 800 atletas da região centro e que constituiu um relevante momento de afirmação desportiva.

De forma particularmente expressiva, esta Assembleia manifesta o seu profundo orgulho pelos três atletas do Lisboa Fight Club, sediado em Sacavém — João Maria Meneses e Castro, Diogo de Almeida Mártires e João Francisco Proença —, todos residentes no concelho de Loures, que se sagraram Campeões Regionais nas respetivas categorias, conquistando a Medalha de Ouro e assegurando, com inequívoco mérito, o acesso direto ao Campeonato Nacional.

A Assembleia Municipal saúda igualmente o Sporting Clube de Portugal, cuja academia de Ginástica Acrobática se encontra sediada em Sacavém, pela conquista da Taça de Portugal de Acrobática, realizada no passado fim de semana, em Albufeira. Entre os seis grupos em competição, três alcançaram a Medalha de Ouro, destacando-se a participação de vários atletas residentes no concelho de Loures: Maria Francisca Proença — vencedora na sua categoria e no All Around —, Madalena Correia, Francisca Quadrado, Sara Rodrigues, Carina Semedo, Daniela Santos e Sofia Tavares.

Os resultados agora alcançados refletem, de forma inequívoca, a vitalidade do movimento associativo do concelho e a qualidade do trabalho desenvolvido por clubes, treinadores e estruturas locais, que, muitas vezes com recursos limitados, constroem percursos de excelência e afirmam Loures como um território de talento, dedicação e ambição.

A Assembleia Municipal de Loures sublinha que o investimento no desporto é, mais do que uma opção, uma prioridade estratégica: um instrumento de coesão social, de promoção da igualdade de oportunidades e de formação de cidadãos mais preparados, resilientes e participativos. Os sucessos agora alcançados projetam o nome de Loures além-fronteiras e reforçam o posicionamento do concelho como um espaço onde o mérito é reconhecido e incentivado.

Assim, os Deputados municipais do Partido Socialista, no contexto da Assembleia Municipal de Loures, realizada no dia 26 de março de 2026, propõem este voto de saudação enaltecendo o mérito dos atletas, treinadores, dirigentes e famílias, e reafirmando o compromisso firme e continuado do Município com o desenvolvimento desportivo, enquanto pilar estruturante de uma comunidade mais coesa, mais saudável e mais ambiciosa no seu futuro coletivo.

Pelo exposto, propomos à Assembleia Municipal a votação deste voto de saudação e:

- o envio para a Câmara Municipal de Loures;
- Junta de Freguesia de Sacavém e Prior Velho e Assembleia de Freguesia de Sacavém e Prior Velho;
- Federação Portuguesa de Kickboxing e Muaythai;
- Ao Clube Lisboa Fight Club, aos seus atletas e equipa técnica;
- Sporting Clube de Portugal;



SA/

-Academia de Ginástica Acrobática de Sacavém, aos seus atletas e equipa técnica.

Loures, 26 de março de 2026

Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Loures



MOÇÃO

A urgência de ginecologia e obstetria, assim como a urgência geral, do Hospital Beatriz Ângelo (HBA) têm sofrido os impactos da falta de profissionais no Serviço Nacional de Saúde (SNS) por falta de investimento sério dos sucessivos governos na contratação e valorização dos seus profissionais.

O anúncio do encerramento das urgências de ginecologia e obstetria no Hospital de Vila Franca de Xira (HVFX) e a sua centralização no HBA é inaceitável e é mais um ataque à eficácia do SNS. Com esta centralização são mais 5 concelhos que ficam abrangidos pelo HBA, tendo algumas grávidas que fazer um percurso que pode ir até uma hora em caso de urgência. É sabido que não se verifica o reforço da equipa do HBA com mais profissionais, dado que segundo as associações profissionais, a mesma é apenas reforçada com um enfermeiro especialista e nenhum médico.

Não podemos aceitar uma situação que vai muito para além da dimensão e capacidade do HBA, quando já hoje se conhecem significativas insuficiências. A solução passa por assegurar o funcionamento pleno de todas as urgências, reforçando o SNS e a resposta de ambos os hospitais – HBA e VFX, fixando mais profissionais de saúde. O encerramento de serviços e o enfraquecimento da resposta do SNS aos utentes não são solução.

Face ao exposto, a CDU propõe:

1. Manifestar a sua discordância com esta decisão do governo, a qual sobrecarrega ainda mais o HBA, quando este tem já dificuldades conhecidas em dar resposta aos utentes que serve;
2. Manifestar a sua solidariedade e apoio às comissões de utentes e autarcas dos concelhos abrangidos pelo Hospital de Vila Franca de Xira, na sua luta pela manutenção das urgências de ginecologia e obstetria neste hospital;
3. Que a Câmara Municipal de Loures manifeste a sua posição de discordância e preocupação ao Ministério da Saúde face a mais esta sobrecarga do HBA, exigindo o reforço de profissionais que possam dar uma resposta eficaz às necessidades da população por este servida.

Loures, 26/03/2026

Os eleitos pela CDU

6

Declaração de Voto

Voto de Saudação ao Dia Internacional da Mulher, apresentado pelo CHEGA

Relativamente ao Voto alusivo ao Dia Internacional da Mulher, apresentado pelo Chega, informo que votei favoravelmente, por entender que o seu conteúdo não fere nem diminui o significado essencial desta data.

Contudo, considero que não podemos ser neutros ou meramente protocolares quando se trata de direitos conquistados pelas mulheres. É fundamental que a nossa atuação não promova retrocessos em conquistas civilizacionais e que não se discrimine nenhuma mulher em função da sua etnia ou religião.

Defender os direitos das mulheres é, para mim, um compromisso que faço em nome do Partido Socialista. Em Loures, este compromisso é diário, sob a égide da autarquia liderada por Ricardo Leão e pelo seu executivo.

A igualdade para ser direito real e efetivo tem necessariamente que se refletir em políticas concretas de:

- Salário igual para trabalho igual;
- igualdade de oportunidades em todos os níveis;
- Conciliação entre vida profissional e pessoal.

Reafirmo, assim, o meu compromisso pessoal e político com estas causas, que devem continuar a guiar a ação de todos em prol da igualdade entre homens e mulheres.

Loures, 26 de março de 2026

Susana Amador



Ponto 1

Declaração de voto

Os eleitos do Partido Social Democrata (PSD) votaram favoravelmente a proposta relativa ao Plano de Ação Climática de Loures, por considerarem que este documento constitui um instrumento estratégico relevante para o desenvolvimento sustentável do concelho e para a resposta aos desafios das alterações climáticas.

O Plano apresenta uma abordagem integrada, articulando medidas de mitigação e adaptação, alinhadas com os compromissos nacionais e europeus em matéria de neutralidade carbónica e transição energética. Destaca-se, igualmente, o trabalho técnico desenvolvido, suportado por diagnóstico rigoroso, bem como o envolvimento de diferentes agentes locais e institucionais no processo de elaboração.

Os eleitos do PSD valorizam, em particular, o enfoque nas áreas prioritárias como a eficiência energética, a mobilidade sustentável, a gestão de recursos e a resiliência territorial, reconhecendo o potencial destas medidas para melhorar a qualidade de vida dos munícipes, reforçar a competitividade do concelho e promover um crescimento económico sustentável.

Não obstante, sublinha-se a importância de garantir uma implementação eficaz do Plano, assente em mecanismos claros de monitorização, avaliação e financiamento, bem como numa comunicação acessível e contínua com a população.

Assim, considerando o mérito global do documento e o seu contributo para a construção de um concelho mais sustentável, resiliente e preparado para o futuro, os eleitos do PSD votam favoravelmente a presente proposta.

Loures, 26 de março de 2026

Os Eleitos do PSD



Ponto 2

Declaração de voto

O PSD considera que o presente contrato-programa referente à Proposta nº 95/2026, constitui um instrumento essencial para assegurar a continuidade e a qualidade da prestação de serviços de interesse público, em particular na gestão dos equipamentos desportivos municipais, promovendo o acesso da população à prática desportiva, à saúde e ao bem-estar.

Importa destacar o enquadramento legal adequado do documento, bem como a definição clara dos objetivos, dos meios financeiros e dos mecanismos de acompanhamento e controlo, elementos fundamentais para garantir a transparência e a boa gestão dos recursos públicos.

Os eleitos do PSD valorizam igualmente a existência de indicadores de desempenho e metas definidas, que permitem avaliar a eficácia da execução do contrato e reforçar a responsabilização da entidade gestora.

Sem prejuízo de se considerar desejável um reforço progressivo da sustentabilidade financeira da empresa municipal e uma maior ambição em alguns objetivos estratégicos, entende o PSD que a proposta reúne as condições necessárias para a sua aprovação.

Assim, pelo seu contributo para o interesse público, para a qualidade dos serviços prestados aos munícipes e para a boa gestão dos equipamentos municipais, os eleitos do PSD votaram favoravelmente a presente proposta.

Loures, 26 de março de 2026

Os Eleitos do PSD





9

Ponto 5

Declaração de voto

A Proposta n.º 110/2026, é reconhecida como um instrumento essencial para garantir a continuidade de um serviço público fundamental, como é o fornecimento de refeições escolares aos alunos do concelho.

O PSD considera que, não obstante algumas reservas ao nível do planeamento e da robustez financeira do modelo apresentado, a proposta assegura a resposta a uma necessidade básica das famílias e da comunidade educativa, não podendo, por isso, ser inviabilizada.

Assim, atendendo ao interesse público subjacente e à importância de garantir a continuidade deste serviço, os eleitos do PSD votaram favoravelmente a presente proposta.

Loures, 26 de março de 2026

Os Eleitos do PSD